

NEWSLETTER DIGESTO N.º 7/2017

Disponibilização: 10 de abril de 2017

Período abrangido: 27 de março a 7 de abril de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Interna
2. Administração Pública
3. Agricultura
4. Ambiente
5. Assuntos Europeus
6. Cultura
7. Economia
8. Educação
9. Finanças
10. Justiça
11. Regiões Autónomas
 - Madeira
12. Saúde
13. Transportes

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2017, de 04 de abril](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Repõe, a título excecional e temporário, o controlo documental de pessoas nas fronteiras internas no âmbito da visita do Papa.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Portaria n.º 128/2017, de 05 de abril](#)
(Finanças)

Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

3. AGRICULTURA

[Decreto-Lei n.º 40/2017, de 04 de abril](#)
(Mar)

Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 37/2016, de 15 de dezembro.

[Decreto-Lei n.º 42/2017, de 06 de abril](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Regula a produção, o controlo, a certificação e a comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, transpondo as Diretivas de Execução (UE) n.os 2015/1168, 2015/1955, 2016/11 e 2016/317.

4. AMBIENTE

[Portaria n.º 124/2017, de 27 de março](#)
(Planeamento e das Infraestruturas)

Procede à terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro.

5. ASSUNTOS EUROPEUS

[Portaria n.º 129/2017, de 05 de abril](#)
(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera (terceira alteração) o Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, adotado pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março.

6. CULTURA

[Portaria n.º 123/2017, de 27 de março](#)
(Cultura)

Aprova o Regulamento para Atribuição de Bolsas de Criação Literária.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017, de 31 de março](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova as linhas orientadoras para o Plano Nacional de Leitura 2027.

7. ECONOMIA

[Decreto-Lei n.º 37/2017, de 29 de março](#)
(Economia)

Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de recipientes sob pressão simples, transpondo a Diretiva n.º 2014/29/UE.

[Decreto-Lei n.º 38/2017, de 31 de março](#)
(Economia)

Aprova o regime jurídico aplicável à atividade de operador logístico de mudança de comercializador de eletricidade e gás.

8. EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 129-A/2017, de 04 de abril](#)
(Finanças e Educação)

Regulamenta o concurso de integração extraordinária para a seleção e o recrutamento do pessoal docente com contrato a termo resolutivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da rede do Ministério da Educação.

[Portaria n.º 129-B/2017, de 06 de abril](#)
(Finanças e Educação)

Fixa as vagas a preencher pelos concursos interno e externo no ano letivo de 2017/2018.

[Portaria n.º 129-C/2017, de 06 de abril](#)
(Finanças e Educação)

Fixa o número de vagas apuradas por quadros de zona pedagógica e por grupo de recrutamento.

9. FINANÇAS

[Lei n.º 10-A/2017, de 29 de março](#)
(Assembleia da República)

Reduz o pagamento especial por conta previsto no artigo 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável.

10. JUSTIÇA

[Decreto-Lei n.º 41/2017, de 05 de abril](#) (Justiça)

Procede à criação do Julgado de Paz do Oeste.

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2017, de 07 de abril](#) (Supremo Tribunal Administrativo)

A isenção prevista no artigo 44.º, n.º 1, alínea e) do Estatuto dos Benefícios Fiscais apenas respeita aos prédios que estão diretamente afetos aos fins estatutários da pessoa coletiva de utilidade pública, v.g., os necessários à instalação da sua sede, delegações e serviços indispensáveis aos fins estatutários, sendo o seu reconhecimento oficioso nos termos do disposto no artigo 44.º, n.º 4 do mesmo Estatuto dos Benefícios Fiscais. Mantém-se presentemente em vigor a isenção prevista no artigo 1.º, alínea d) da [Lei n.º 151/99](#), que abrange apenas os prédios urbanos que pertençam às pessoas coletivas de utilidade pública e que se encontrem destinados à realização dos fins estatutários, sendo que esta isenção carece de reconhecimento por parte do órgão competente, dependente de pedido expressamente formulado nesse sentido pela interessada.

11. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2017/M, de 28 de março](#) (Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Altera (primeira alteração) o Decreto Regulamentar Regional n.º 30/2005/M, de 6 de outubro, que regulamenta o regime de tutela e os apoios técnicos e financeiros a atribuir às instituições particulares de solidariedade social com objetivos de saúde.

12. SAÚDE

[Portaria n.º 126/2017, de 30 de março](#) (Saúde)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 340/2012, de 25 de outubro, que regula os mecanismos de avaliação e controlo no âmbito da prescrição e dispensa de medicamentos, cria as Comissões de Farmácia e Terapêutica de cada Administração Regional de Saúde (CFT-ARS) e estabelece as respetivas atribuições, composição e funcionamento.

13. TRANSPORTES

[Decreto-Lei n.º 36/2017, de 28 de março](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Cria o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários e extingue, por fusão, o Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários e o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Dados Gerais:



The screenshot displays the DIGESTO interface for the Lei n.º 25/2008. On the left, there is a sidebar with the title 'Legislação' and a sub-item 'Lei n.º 25/2008'. Below this, there are two links: 'Versão pdf' and 'Imprimir documento'. The main content area is titled 'Lei n.º 25/2008' and includes the following information:

- Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05
- Data de Publicação: 2008-06-05
- Tipo de Diploma: Lei
- Número: 25/2008
- Emissor: Assembleia da República
- Páginas: 3186 - 3199
- ELI: <http://data.dre.pt/eli/lei/25/2008/06/05/p/dre/pt/html>

Below this information, there is a section titled 'SUMÁRIO' which contains the following text:

Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os [2005/60/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, e [2006/70/CE](#), da Comissão, de 1 de Agosto, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro e das actividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, procede à segunda alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto, e revoga a Lei n.º 11/2004, de 27 de Março

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Normas Habilitantes:

| APLICA/REGULAMENTA | |
|------------------------------|----------------------------|
| Foi encontrada 1 associação. | |
| Data | Texto |
| | Al. c) do art. 161º da CRP |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Aplicado por/Regulamentado por:

Lei n.º 25/2008

Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05

Outros Tipos:

APLICADO POR/REGULAMENTADO POR

Foram encontradas 9 associações.

| Data | Texto | Diploma |
|------------|--|---|
| 2014-05-22 | AV.2/2014.22.05.2014.BP, DR.IIS [98] de 22.05.2014 (Al. a) do nº 1 do art. 39º) | Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2014 - Diário da República n.º 98/2014, Série II de 2014-05-22 |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Modificações Sofridas:

Lei n.º 25/2008

Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05

Outros Tipos:

MODIFICAÇÕES SOFRIDAS

Foram encontradas 9 associações.

| Data | Texto | Diploma |
|------------|---|--|
| 2015-08-31 | Alterado o ponto 5 do art. 2.º do presente diploma, na redação do Dec Lei 18/2013, de 06-fev pelo(a) Lei n.º 118/2015 - Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31 | Lei n.º 118/2015 - Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31 |
| 2015-06-24 | Alterados os arts. 4.º e 5.º-A da Lei 52/2003 de 22-ago, na redação do presente diploma, pelo(a) Lei n.º 60/2015 - Diário da República n.º 121/2015, Série I de 2015-06-24 | Lei n.º 60/2015 - Diário da República n.º 121/2015, Série I de 2015-06-24 |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Modificações Produzidas:

Foram encontradas 2 associações.

| Data | Texto |
|------------|--|
| 2004-03-27 | Revoga, a partir de 10.06.2008, a Lei 11/2004, de 27-Mar, DR.IS-A [74] |
| 2003-08-22 | Altera os art.s 2º, 4º e 8º e adita um art. 5º-A à Lei 52/2003, de 22-Ago, DR.IS-A [193] |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Retificações:

Lei n.º 25/2008

Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05

Outros Tipos:

RECTIFICADO POR

Foi encontrada 1 associação.

| Data | Texto | Diploma |
|------------|---|--|
| 2008-08-04 | Rectificada pela DECL-RECT.41/2008,04.08.2008.AR, DR.IS [149] de 04.08.2008 | Declaração de Rectificação n.º 41/2008 - Diário da República n.º 149/2008, Série I de 2008-08-04 |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Direito Comunitário:

Lei n.º 25/2008

Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05

Outros Tipos:

DIREITO COMUNITÁRIO

Foram encontradas 2 associações.

| Data | Texto |
|------------|---|
| 2006-08-04 | Directiva 2006/70/CE da Comissão, de 04 de Agosto |
| 2005-11-25 | Directiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais (1):

Lei n.º 25/2008

Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05


CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Supremo Tribunal de Justiça

Palavra Chave:

financiamento do terrorismo

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

1 resultado(s) encontrados

| | Sessão | Processo | Relator | Descritor |
|--------------------------|------------|---------------|-------------|--|
| <input type="checkbox"/> | 04/17/2015 | 1/13.9yglb.s1 | RAUL Borges | Decisão Instrutória Única Instância Juíza Desembargadora Advogado Legitimidade |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais (2):

Lei n.º 25/2008

Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Tribunal da Relação de Lisboa

Palavra Chave:

financiamento do terrorismo

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

9 resultado(s) encontrados

| | Sessão | Processo | Relator | Descritor |
|--------------------------|------------|--------------------------------------|-------------|---|
| <input type="checkbox"/> | 07/07/2016 | 244/11.0telsb-g.l1-9 | Antero LUÍS | Medida Cautelar Apreensão de BENS Obtenção de Prova |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Pareceres da Procuradoria-Geral da República:

Lei n.º 25/2008

Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Procuradoria Geral da República

Palavra Chave:

financiamento do terrorismo

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

22 resultado(s) encontrados

| | Data Votação | Parecer | KB | 1º Descritor | Relator |
|--------------------------|--------------|------------|-----|-------------------------------|-----------------|
| <input type="checkbox"/> | | 1001292005 | 2KB | Organização das Nações Unidas | Fátima Carvalho |
| <input type="checkbox"/> | | 1001052005 | 2KB | Convenção Internacional | Manuel Matos |

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Acesso à base de dados PLC - Processo Legislativo Comum da Assembleia da República:
(histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)

Lei n.º 25/2008

Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05

PARLAMENTO

Proposta de Lei 173/X: Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro de 2005, e a Directiva n.º 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de Agosto de 2006, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro e das actividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, procede à primeira alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto, e revoga a Lei n.º 11/2004, de 27 de Março.

Autoria

- Governo

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão